



## **União das Mulheres Cearenses: eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor<sup>1</sup>.**

Sara Sarah Pinho da Silva<sup>2</sup>  
Allana Letticia dos Santos<sup>3</sup>

Recebido em: 30/08/2019

Aprovado em: 24/10/2019

### **RESUMO**

Durante a ditadura militar brasileira, instaurada em 1964, surgiram várias organizações que tinham por intuito combater o regime repressor. Essas instituições foram perseguidas e, muitas delas, aniquiladas pela ditadura. Em meio às perseguições, prisões e torturas, que marcaram a história do regime militar, ressurgiu, no Brasil, em meados da década de 1970, o movimento chamado de Segunda Onda do Feminismo. A partir disso, foram criadas, no país, diferentes organizações feministas, no Ceará, a primeira delas foi a União de Mulheres Cearenses, criada em 1979, que buscou aliar a luta feminista às demandas do combate à ditadura militar e à luta de classes. Dessa forma, analisou-se o processo de surgimento da organização, suas pautas de discussões, as adesões ao movimento e a relevância da organização para o avanço dos feminismos no Ceará. Através das narrativas das mulheres, que integraram a organização, e o diálogo com a História Oral, a qual permitiu o acesso às discussões acerca da memória, a identificação e o processo de subjetivação desses sujeitos, observou-se, portanto, a relevância dessa entidade para os feminismos cearenses.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar. Gênero. União de Mulheres Cearenses.

### **Union of Ceará Women: I'm on my own, but I'm better off with you**

### **ABSTRACT**

During the Brazilian military dictatorship, established in 1964, various organizations emerged to combat the repressive regime. These institutions were persecuted and many of them annihilated by the dictatorship. Amid the persecutions, arrests and tortures that marked the history of the military regime, the movement known as the Second Wave of Feminism reemerged in Brazil in the mid-1970s. After this, different feminist organizations were created in the country. In Ceará, the first one created was the Ceará Women's Union, developed in 1979, which sought to combine the feminist struggles with the demands of fighting the military dictatorship and the class struggles. Thus, we analyzed the emergence process of the organization, its discussion agendas, the adhesions to the movement and the relevance of the organization for the advancement of feminisms in Ceará. Through the narratives of the women

<sup>1</sup> Trecho de uma ciranda cantada em diferentes coletivos feministas. “Companheira me ajude que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”.

<sup>2</sup> Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará, sob orientação da professora Pós-doutora Ana Rita Fonteles Duarte, bolsista FUNCAP. Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7012253864953591>. E-mail: [sarah.silva@aluno.uece.br](mailto:sarah.silva@aluno.uece.br)

<sup>3</sup> Mestranda em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da professora Pós-doutora Janine Gomes da Silva, bolsista CNPq. Graduada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6459296210284871>. E-mail: [allanaletticia@hotmail.com](mailto:allanaletticia@hotmail.com)



who integrated the organization and the dialogue with the Oral History, which allowed the access to the discussions about the memory, the identification and the subjectification process of these subjects, it was observed, therefore, the relevance of this entity for the subjects of Ceará's feminisms.

**Keywords:** Military dictatorship. Gender. Ceará Women's Union.

## 1. INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira se instaurou, em 1964, com o golpe militar, destituindo o governo do presidente João Goulart. No dia 09 de abril de 1964, foi lançado o manifesto à nação<sup>4</sup>, posteriormente, conhecido como Ato Institucional nº1, que reconhecia o governo militar e que derrubara o governo de Goulart. A partir disso, foi inaugurado, oficialmente, o regime militar. Sob a presidência do general Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro entre os militares a assumir a presidência do país, o Brasil iniciava um período de lutas e manifestações contrárias aos militares.

Nesse período de insurgência, várias organizações foram constituídas com o intuito de combater o regime repressor dos militares, diferentes órgãos de esquerda, vinculados a partidos políticos ou não, formaram suas respectivas organizações. Vale ressaltar que, com o decreto<sup>5</sup> do Ato Institucional nº2, em outubro de 1965, houve a dissolução dos partidos políticos e foram instauradas eleições indiretas para Presidente da República e governadores. Assim sendo, surgiu, no país, o chamado bipartidarismo, a saber: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político dos militares, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que tinha por intuito dar “ares” de legalidade ao regime.

Durante esse período de efervescências de ideias de esquerda, de combate ao regime repressor e de luta de classes, ressurgiu, no Brasil, o movimento feminista. A partir de meados da década de 1970, diferentes grupos de mulheres passaram a se organizar, em torno de organizações feministas, em diferentes estados brasileiros. Com o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia<sup>6</sup> (MFPA), em 1975, organização fundada por mulheres, mães, esposas,

---

<sup>4</sup> No documento os militares justificavam sua “ação revolucionária”, embasados em uma decisão política que procurava defender o País do avanço comunista. (Comissão Nacional da Verdade - CNV, 2014, p. 94).

<sup>5</sup> O Ato Institucional número 02 (AI-2) foi decretado em 27 de outubro de 1965, no governo do General Humberto de Alencar Castello Branco, com 33 artigos, que previa dentre outras medidas a extinção dos demais partidos políticos. Destaca-se o artigo nº18: “Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros. Parágrafo único - Para a organização dos novos Partidos são mantidas as exigências da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, e suas modificações”.

<sup>6</sup> De acordo com Ana Rita Fonteles Duarte: “O Movimento Feminino pela Anistia, no Brasil, surgiu em 1975, pela articulação de mulheres paulistas na defesa dos atingidos pelo regime autoritário a partir de 1964, tendo como



irmãs, filhas, mas também, simpatizantes à causa dos presos políticos, no país, novas propostas de grupos de mulheres foram surgindo. Apesar de não ter se configurado como grupo feminista, muitas mulheres do MFPA contribuíram para a fundação de organizações com esse teor. Dessa forma, o Movimento Feminino pela Anistia colaborou para a inserção das mulheres na luta política.

Neste artigo, iremos analisar a formação de um desses grupos feministas, que surgiu durante a ditadura militar brasileira, mais especificamente, a União de Mulheres Cearenses (UMC), primeira organização feminista do Ceará. Esta entidade se formou, em 1979, a partir do fim do Movimento Feminino pela Anistia, e reuniu, já em meados da década de 1980, mais de 1600 mulheres associadas.

Há relevância em se analisar essa organização, visto que ela surgiu em um contexto de repressão, no qual as manifestações eram, duramente, reprimidas pelos militares, ademais, a UMC contribuiu para avanços na luta das mulheres e aprofundou as discussões de gênero e feminismos no estado do Ceará.

A União de Mulheres Cearenses surgiu sob influência da chamada Segunda Onda<sup>7</sup> do Feminismo, movimento iniciado nas décadas de 1970, e trouxe como pautas para a discussão: a sexualidade, o corpo e o prazer, métodos contraceptivos entre outras demandas. Dessa forma, a organização feminista cearense buscava ampliar a discussão, atrelando maior participação política das mulheres na luta contra a ditadura militar e nas pautas mais específicas do movimento feminista.

Assim, a UMC já surgiu com a característica de agregar diferentes mulheres em sua formação. De acordo com o estatuto da organização, a UMC (Artº1) “define-se como uma entidade que luta pelos direitos da mulher, por uma sociedade humana e justa, contra a submissão que foi forjada durante séculos”.

---

objetivo inicial a conquista da anistia. O núcleo cearense do MFPA é o terceiro a ser criado, em março de 1976”. (2010, p. 01).

<sup>7</sup> “Segunda Onda denomina o movimento iniciado a partir de meados dos anos 1960 e que acrescenta reivindicações referentes à sexualidade (direito ao prazer), ao corpo (aborto e contracepção)”. (PEDRO, 2013, p. 256). Para mais consultar: COSTA, Suely Gomes. *Movimentos Feministas, Feminismos*. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004.

COSTA, Cláudia de Lima. *Histórias/estórias entrelaçadas do(s) feminismo(s): introdução aos debates*. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

SARTI Cynthia A. *Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro*. cadernos pagu (16) 2001: p. 31-48.

Todavia, esse termo tem sido questionado. Ver: HEMMINGS, Clare. *Contando histórias feministas*. Revista Estudos Feministas, v.17, n.1, 2009, p. 215-241.



Percebemos, portanto, que o caráter da formação da UMC já abordava a bandeira central dos movimentos feministas, que era a emancipação feminina e a luta por equidade em uma sociedade mais justa. Vale ressaltar que o Estatuto da UMC foi aprovado, em 1981, e registrado em cartório.

Compreendemos que o feminismo, que surge no Brasil, em meados da década de 1970, reivindicava a libertação da mulher, abordando pautas específicas: sexualidade e métodos contraceptivos como um lugar de fala definido. Esse lugar era pensado e ocupado por mulheres. No exemplo da UMC, no Ceará, apreendemos a relevância de uma organização fundada e composta só por mulheres de diferentes camadas sociais.

Uma das finalidades da UMC, segundo o estatuto da organização, era: (Artº2) “elevar o nível de conscientização das mulheres sobre sua situação de exploração, submissão e discriminação na sociedade”. Isso significa que muitas mulheres começaram a se organizar, em plena ditadura militar, tendo por base o combate à submissão feminina. Logo, podemos perceber que as mulheres, que se envolveram com o movimento feminista, buscavam ampliar os locais e espaços femininos, tornar público as demandas do movimento e discutir acerca dos direitos das mulheres.

As demandas propostas pela UMC foram expostas, também, no I Congresso<sup>8</sup> da Mulher Cearense. O evento consistiu em um espaço de discussão para tratar questões específicas relacionadas ao movimento feminista, mas também, para discutir demandas gerais, a saber: a luta contra a carestia, a luta por moradia, educação, saúde, creche entre outras. A partir desse Congresso, a UMC decidiu ampliar a rede de contatos do movimento feminista com o intuito de divulgar e ampliar as ideias. De acordo com a resolução 3º, que trata sobre a organização da UMC:

Que a União das Mulheres entre em contato com todos os movimentos de mulheres do país, tendo em vista a convocação de I Congresso da Mulher brasileira, para que seja, entre outros objetivos, apresentada e discutida essa proposta de organização das mulheres em cada estado.

---

<sup>8</sup> O Congresso abordou temas como: moradia, carestia, educação, saúde, creche, trabalho e liberdade. As discussões consistiram em buscar melhorias para esses setores, reconhecendo a importância pela luta democrática, afinal, no país ainda vigorava o regime militar, sob o comando do Gal. João Baptista Figueiredo, mesmo com a Lei de Anistia, em 1979 e o processo de reabertura política, o clima ainda era de tensão e desconfiança por parte dos militantes de esquerda. Ficou decidido no Congresso a luta “por liberdade de expressão, organização e manifestação”, além disso, as mulheres deveriam lutar também “contra a Lei de Segurança Nacional e todos os atos de exceção e pelo fim do aparelho repressivo”. (Resolução do I Congresso da Mulher Cearense).



Podemos notar, destarte, que uma das premissas do movimento feminista cearense era expandir as ideias e discussões para um movimento nacional, que pudesse levar, a cada estado brasileiro, as demandas e pautas do feminismo. O intuito era, realmente, difundir as questões principais que vinham sendo abordadas, como: combate a violência contra mulher, maior representação política, combate à exploração, discriminação e submissão feminina.

Apesar do contexto repressor e de todas as limitações que o movimento feminista enfrentou, ao chegar ao Brasil, é válido destacar a relevância dessas mulheres que se organizaram e romperam com regras e valores da época. De acordo Ramkrapes (2017, p. 47):

A UMC foi pioneira no Ceará no processo, ainda em curso, sem dúvida, de desconstrução dos códigos que normatizam a conduta das mulheres, questionando padrões de comportamento que naturalizavam a violência doméstica e sexual, o assassinato em nome da honra, e o rebaixamento social e cultural que a elas se relacionava.

Nesse enunciado, podemos notar que a autora destaca e evidencia a importância, para o estado, de um movimento como a UMC, já que essa organização de mulheres proporcionou debates acerca de questões que atingiam milhares de mulheres, a saber: a violência, a discriminação e a submissão, tanto no ambiente privado quanto no público.

Dessa forma, a União de Mulheres Cearenses pôde contribuir para o avanço das discussões e na tentativa de assegurar direitos. Assim sendo, durante o II Congresso da Mulher Cearense, organizado, em 1983, pela UMC, as discussões consistiram no tema da sexualidade, tendo como pautas específicas corpo, sexo, virgindade e aborto (RAMKRAPES, 2015).

Portanto, podemos perceber a relevância que o grupo feminista trouxe, ao estado cearense, quando destacou diferentes lutas, que compreendiam os direitos da mulher, dialogando sempre com as chamadas “pautas gerais”, que eram a luta de classes e o combate à ditadura militar brasileira. Logo, compreendemos que os avanços dos feminismos, no Ceará, ocorreram a partir da fundação da UMC. Ademais, com os seus desdobramentos, foram surgindo novas entidades feministas, no estado, o que contribuiu para fortalecer o movimento feminista cearense.

Analisaremos a formação da UMC, a partir da metodologia da História Oral, utilizando-se, para isso, dessa ferramenta teórico-metodológica, para apreender sobre as práticas discursivas das mulheres que integraram o movimento e/ou romperam com a entidade a posteriori. Contudo, o nosso intuito não é dar voz a essas mulheres militantes, procuramos, através da história oral, alcançar as que foram excluídos do discurso político. A esse respeito e fundamentando nosso argumento, Portelli afirma que:



Com frequência se diz que, na História Oral, damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra. Isso é um trabalho político, porque tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas com o direito de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas, na democracia. (PORTELLI, 2010, p. 3)

A respeito dessa fala, podemos pensá-la, a partir das argumentações de Ricoeur (1994), como um elo de ligação entre as temporalidades, ou seja, de acordo com a história oral, e, mais especificamente, das falas coletadas é possível se atribui uma lógica à temporalidade, uma vez que o tempo - passado, presente e futuro - não está fora da narrativa. Ele é articulado pela narrativa, ao mesmo tempo em que é a própria condição de possibilidade dela (RICOEUR, 1994).

Diante disso, buscamos entender o processo de agrupamento da entidade (União de Mulheres Cearenses), que, dentre tantos grupos, destacou-se pela atuação frente às pautas relevantes que dialogaram tanto com as “questões mais gerais” quanto com as “demandas específicas”. Para tanto, esse artigo visa discutir o surgimento dessa instituição, no final da década de 1970, levando-se em consideração suas pautas de discussões e as alianças entre a adesão à luta feminista, o combate à ditadura militar e à luta de classes. Tal investigação foi amparada a partir de documentações desenvolvidas pela instituição, narrativas das mulheres entrevistadas e bibliografia.

## **2. UNIÃO DE MULHERES CEARENSES: OS FEMINISMOS NO CEARÁ.**

O surgimento da União de Mulheres Cearenses, no final da década de 1970, mais especificamente, em 1979, representou uma consequência do processo, em curso, que o movimento de Segunda Onda do Feminismo trouxe ao Brasil. Com o ressurgimento do movimento, a partir de 1975, as ideias feministas passaram a circular, pelo país, nos chamados círculos feministas, que criaram redes de colaboração entres mulheres das diferentes regiões do Brasil. Foi nesse contexto de circulação das teses feministas, que a União de Mulheres se formou no Ceará.

Com o fim do Movimento Feminino pela Anistia, em 1979, as mulheres cearenses, que integravam o MFPA, decidiram formar a organização (UMC), objetivando agregar as discussões mais específicas dos feminismos com as pautas gerais, que envolviam o combate à



repressão militar e à luta por uma sociedade mais justa. De acordo com Ramkrapes (2017 p. 150), “a União das Mulheres Cearenses (UMC) trouxe o feminismo para os nascentes movimentos de mulheres que se organizavam nas periferias da capital, nas regiões rurais, como também nos partidos e sindicatos”.

A autora destaca a formação da União de Mulheres e sua expansão, na cidade de Fortaleza-CE, mas também, em outros municípios do estado, com o intuito de disseminar as ideias feministas e expandir, ainda mais, a luta de mulheres, não, apenas, no Ceará, mas fomentar, também, o circuito das teses feministas para outros estados e regiões do Brasil. Vale ressaltar a multiplicidade que envolveu a formação da União de Mulheres Cearenses, visto que a organização reuniu, em seu quadro, diversas mulheres, ainda, de acordo com Ramkrapes (2017, p. 151):

[...] a fundação da UMC coloca em primeiro plano o fato de que as mulheres que chegaram à União traziam distintas experiências de luta, que se somavam ao grupo: no MFPA, contra a ditadura e em prol da democracia; nas comunidades eclesiais de base, contra as injustiças no campo e em prol da reforma agrária; nas grandes cidades, contra as desigualdades sociais e em prol de políticas distributivas.

Dessa forma, podemos analisar e compreender que a composição da UMC aconteceu de forma plural e diversificada, dialogando com diversas mulheres, mas também, com diferentes pautas. Isso corroborou para que essa organização se diferenciasse de outros movimentos feministas do país. Segundo Ramkrapes, (2017, p. 151):

Enquanto no Sudeste, feminismo e movimentos populares se enriquecem com suas trocas de experiências, na conjuntura política cearense, é possível afirmar que os debates feministas ocorreram “organicamente” às pautas gerais, se desenvolvendo junto aos movimentos populares e tencionando as reivindicações no interior dos partidos e grupos de esquerda.

Assim sendo, podemos apreender a especificidade que o movimento feminista cearense adotou, em sua formação, mesmo acontecendo de forma tímida, no estado, ele se destacou com suas provocações e questionamentos, que colaboraram para tencionar questões relevantes em relação aos feminismos e às demandas mais gerais.

Todavia, é importante destacar que o feminismo cearense guardava outras especificidades locais, a saber: a chamada cultura do “cabra macho”. Essa questão foi pontuada durante as entrevistas realizadas com ex-participantes da UMC. Ademais, foi percebida no levantamento bibliográfico. De acordo Maria Luiza Fontenele (entrevista, 19 de abril de 2018), essa cultura do cabra macho é muito forte, no Ceará, o que faz com muitas mulheres sofram com a perpetuação do patriarcado e de um sistema misógino.



A pesquisadora, Daniele Alves, do Observatório<sup>9</sup> da Violência contra a Mulher (Observem), no Ceará, destacou, também, a cultura do “cabra macho” como um dos fatores que contribuem para a construção de valores sexistas no estado. Em uma reportagem concedida ao jornal *O Povo*, em 02 de fevereiro de 2018, ela ressaltou que essa questão estava atrelada aos altos índices de feminicídio no estado cearense. Dessa forma, compreendemos que as construções sociais, de uma cultura marcada por uma dominação masculina, na qual a mulher era vista como uma propriedade, influenciaram a forma de atuação da UMC, visto que as mulheres, que se vincularam a essa entidade, no final dos anos 1970 e 1980, enfrentaram resistências, em diferentes ambientes, desde a esfera privada, em suas casas, até a pública.

Ao compreendermos essa questão específica do local, podemos perceber que as mulheres, ligadas a UMC, tiveram que determinar sua militância, de acordo com as especificidades do ambiente, percebendo o contexto repressor da época, afinal, o governo ditatorial, também, era sexista e caracterizou inúmeros casos de tortura pautados no gênero, mas também, as mulheres associadas à UMC precisaram entender as nuances locais e exercer sua militância a partir disso.

Nesse aspecto, a UMC tratou de se organizar e com a aprovação do seu Estatuto, em março de 1981, a organização definiu algumas diretrizes que deveriam ser abordadas com o intuito de sistematizar suas ideias. De acordo com os objetivos do estatuto, art.3º:

Contribuir com a participação efetiva da mulher em instituições de representação social tais como: conselhos de moradores, associações profissionais, sindicatos, partidos políticos e todas aquelas que digam respeito a organização e administração da vida pública e sociedade civil.

Percebemos que o intuito era agregar mais mulheres e expandir os espaços de ocupação feminina, tornando as mulheres cearenses sujeitos ativos, no processo de construção de uma sociedade mais igualitária, no sentido de permitir que as mulheres estivessem envolvidas nas lutas, discussões políticas e pudessem expressar suas opiniões de forma livre e fossem respeitadas. Nesse aspecto, o Estatuto da UMC, em seu artigo 26, reitera a multiplicidade de sua organização ao afirmar:

---

<sup>9</sup> O OBSERVEM é um espaço de monitoramento das condições de vida da mulher cearense e da violência que se abate sobre as mesmas. Trata-se de uma experiência de acompanhamento das políticas públicas e sociais desenvolvidas local e nacionalmente, principalmente no tocante a efetivação da Lei Maria da Penha e de todas as formas de discriminação contra as mulheres. O OBSERVEM é uma criação do Grupo de Pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais vinculado ao CNPQ e ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Disponível em: <https://observem.com.br>



Pode integrar a entidade como sócia, qualquer mulher, sem distinção de nacionalidade, idade, cor, raça, classe social, partido político, credo religioso, que queira participar ativamente com trabalho e finanças, para a luta de libertação da mulher, de acordo com os objetivos e finalidades da entidade.

O artigo 26º do Estatuto da UMC reafirma o compromisso que a instituição buscou ter com a pluralidade de ideias e o respeito às especificidades das mulheres, que compunham seus quadros de associadas, visto que, com a expansão da entidade, a UMC conseguiu chegar a um quantitativo de mulheres com diferentes perspectivas, abrangendo as mulheres de uma camada média da sociedade, as moradoras de bairros periféricos e as mulheres que viviam no interior do estado, algumas vezes, em zonas rurais. Ou seja, a UMC tentou abranger e agregar as várias mulheres cearenses do período. Segundo Verônica Guedes:

... o que me interessou ali foi uma construção que eu achei interessante, vamos fazer uma União das Mulheres Cearenses com todas essas diferenças de grupos, eu me lembro que não tinha só a gente... tinham outras mulheres, também, de outros grupos políticos (Entrevista, 28 de agosto de 2018).

Essa questão foi reforçada, também, pela entrevistada Nilze Costa e Silva (entrevista, 10 de abril de 2018), que ressaltou a relevância da criação dos núcleos, nos diferentes bairros de Fortaleza-CE, e como isso colaborou para a conscientização das mulheres, por exemplo, em relação à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, aos cuidados durante a gravidez.

Ademais, Nilze Costa e Silva destacou, também, que as mulheres, moradoras dos bairros, começaram a reivindicar melhores condições estruturais, a saber: saneamento básico, revitalização das ruas, coleta de lixo, algumas questões que contribuía para melhorias coletivas da comunidade, mas também, que impulsionou a ocupação de lugares públicos por essas mulheres.

Diante disso, podemos entender que a UMC colaborou, em diferentes aspectos, apesar de ter iniciado as reivindicações feministas de forma tímida, muitas vezes, não debatendo algumas questões específicas do feminismo, a organização contribuiu para a elaboração de um pensamento emancipador, no qual as mulheres cearenses, que estavam vinculadas a entidade, puderam exercer uma militância política ao mesmo tempo em que dialogavam com pautas feministas que eram abordadas pela organização. Nesse sentido, podemos perceber que é relevante a construção do discurso feminista, no Ceará, mesmo esse tendo estado de forma polida e, algumas vezes, cedendo espaço para um discurso mais geral.

Apesar disso, entendemos que o diálogo com outras questões mais gerais não invalidou a luta feminista da UMC, de acordo com Ramkrapes (2017, p.47): “Até 1991, a UMC realizara



6 congressos, reunindo entre 400 e 600 mulheres a cada encontro: durante três dias, elas debatiam a Constituinte, reforma agrária, direitos da mulher” [...]. Ou seja, a especificidade da demanda feminista se atrelava a pautas mais gerais, algumas críticas consistem em afirmar que isso acabava por minimizar as questões feministas, outras defendem que isso não ocorria.

Durante a entrevista com Nilze Costa e Silva, ela afirmou que rompeu com a organização por entender que as teses feministas não estavam sendo contempladas da forma como era esperada, já que algumas questões continuavam não sendo pontuadas nas discussões. De acordo com Nilze Costa e Silva:

... eu acho que a União das Mulheres, ela achava que era assim, existia uma luta de libertação da mulher, mas era, totalmente, acoplado ao socialismo, mas que não tinha como objetivo, assim, primordial, também, a libertação do corpo, como a gente previa... (Entrevista, 28 de agosto de 2018).

Ramkrapes (2017) ressalta que dentro da própria organização havia divergência com relação à forma como eram conduzidas as discussões, visto que algumas mulheres não se sentiam contempladas pelas colocações e/ou com os encaminhamentos realizados durante as reuniões. Nesse aspecto, a autora destaca a criação do grupo feminista 04 de janeiro, em 1983, que foi uma dissidência da UMC, durante a realização do II Congresso da Mulher Cearense, de acordo com Ramkrapes (2017, p. 152):

Lilian Oliveira, Nilza Costa e Silva e Verônica Guedes fundam, naquele mesmo ano, o grupo “Frente Feminista 4 de Janeiro”, justificando a saída pela necessidade em se discutir temas específicos ao cotidiano feminino, e menos ligados às pautas gerais como greve, reajuste salarial, ou ainda redemocratização do Brasil.

Nesse aspecto, podemos considerar as divergências que surgiram, em relação à manutenção de um diálogo que a instituição mantinha com outras demandas, compreendendo que é importante tecer o alinhamento a outras pautas, todavia, isso foi encarado, por algumas mulheres que integravam a UMC, como uma falha para aprofundar questões mais específicas do movimento feminista. Ademais, a crítica realizada, por algumas mulheres, por exemplo, que romperam com a organização, reforça uma questão interna que havia dentro dos feminismos em todo o país. Conforme Verônica Guedes: “porque a UMC ela não tratava de questões específicas, ela tratava da participação das mulheres, segundo a esquerda, das mulheres nas lutas gerais, contra a carestia” (Entrevista, 28 de agosto de 2018).

Vale ressaltar que, reiteradas vezes, o não aprofundamento das discussões feministas estava atrelada, diretamente, ao fato dos vários estereótipos que cercavam esse termo. Quando



o movimento feminista ressurgiu, no Brasil, em 1975, ele foi associado “à luta de mulheres masculinizadas, feias, lésbicas, mal-amadas, ressentidas e anti-homens” (PEDRO, 2013, p.238-240). Nesse sentido, foi muito difícil, para várias mulheres, assumir a militância feminista, visto que os rótulos, acerca dessa categoria, eram bastante estereotipados. Além disso, outras questões, também, foram relevantes para travar o embate acerca de discussões feministas no Ceará.

Apesar de a UMC ser fundada como organização feminista, em sua composição, havia diferentes mulheres e alguns assuntos, muitas vezes, eram vistos como tabu, quando o assunto era a discussão desses. Por exemplo, a discussão sobre a descriminalização do aborto, tema abordado pelos feminismos, tornava-se um assunto delicado para discussão, já que muitas mulheres, associadas à UMC, vinham de uma tradição católica, derivadas de grupos ligados à Igreja Católica, como a Juventude Universitária Católica<sup>10</sup> e a Ação Popular<sup>11</sup>, além disso, muitas delas tinham tido uma formação muito conversadora, dessa forma, algumas pautas dos feminismos, ainda, encontravam resistências para serem discutidas.

Neste aspecto, não é difícil imaginar o porquê de existirem algumas críticas voltadas a essa organização, mas, ao mesmo tempo, é necessário ressaltar o contexto, no qual essas diferentes mulheres cearenses estavam inseridas, visto que, além da repressão da ditadura militar, havia, também, as especificidades de uma cultura misógina e sexista, que reforçava, em diferentes aspectos, a submissão feminina. Logo, podemos apreender que o processo de formação do feminismo cearense aconteceu em meio a embates e que sua constituição seu deu em meio a contradições, todavia, a UMC marcou uma importante fase para o advento do feminismo no Ceará.

### 3. CONCLUSÃO

A partir dessa análise, podemos compreender as contribuições da UMC para o movimento feminista, no Ceará, mas também, entender as contradições, embates e dissidências

---

10 Grupo derivado da Ação Católica, com forte ligação à Igreja, posteriormente, quadros da Juventude Universitária Católica formaram a Ação Popular, durante a ditadura militar brasileira. Com efeito, criaram uma organização não confessional, isto é, sem vínculos oficiais com a Igreja Católica, a Ação Popular. Ver: GAVIÃO, Fábio Pires. A esquerda católica e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2007. Disponível em: Acesso em: 17 set.2016.

11 “A Ação Popular (AP) foi uma organização de esquerda que diferiu das outras. Sua raiz foi o cristianismo, particularmente na ala mais radical da Juventude Universitária Católica (JUC) no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 [...] A sua origem, porém, não esteve exclusivamente ligada ao catolicismo, mas também à presença de estudantes independentes de esquerda”. (SENA; MARETTI. 2011, p. 357-358).



que surgiram ao longo da existência da organização. Nesse aspecto, foi relevante perceber como a entidade buscou se organizar de acordo com a análise do seu Estatuto, documento que regulamentou a instituição e deu substância no que concernem as realizações de atividades e intervenções.

Ademais, podemos perceber, também, que as realizações dos Congressos, feitos pela UMC, tiveram por intuito expandir as ideias, que vinham sendo colocadas em suas reuniões, desde demandas mais gerais, mas também, pautas mais específicas relacionadas ao feminismo. A análise da Resolução do I Congresso da Mulher Cearense nos permitiu perceber quais eram as prioridades da organização, suas pretensões em relação à discussão feminista e como a UMC estava se organizando após sua fundação.

Dessa forma, percebemos que a entidade buscou sempre dialogar com as pautas mais gerais, tendo como base o combate à repressão militar e à luta de classes junto a discussões feministas que estavam surgindo no país.

Além disso, compreendemos as especificidades que o movimento feminista cearense, mas também, o brasileiro guardou, visto que o momento no qual as lutas feministas ressurgem, no Brasil, foi, em meados da década de 1970, em plena ditadura militar. De acordo com Veiga (2007, p. 109):

A especificidade sul-americana diante do cenário feminista mundial foi a repressão, além do gênero, também dos governos da direita militar. O feminismo sul-americano nasce nesse paradoxo: de um lado a visão externa e a influência eurocêntrica; do outro, a ditadura militar dentro dos países, fazendo calar as manifestações.

A partir dessa assertiva, pudemos perceber que os feminismos do Cone Sul, surgiram, em meio as diferentes repressões, não atrelado, apenas, à resistência à luta feminista, mas havia a perseguição militar contra organizações de esquerda e/ou qualquer movimento social. Dessa forma, quando o movimento feminista brasileiro ressurgiu, em 1975, ele enfrentou a dupla repressão de sua militância e busca meios para se firmar diante disso.

Logo, no Ceará, não foi diferente, quando a UMC surge, em 1979, as mulheres cearenses, associadas à organização, tiveram que lidar com a resistência à ditadura militar, mas também, com a objeção de diferentes setores, inclusive a esquerda, em relação à luta feminista. A reflexão que fizemos sobre essas experiências individuais femininas, durante a Ditadura Militar, no Ceará, nos possibilitou perceber características muito particulares e específicas da época e dos quadros que integravam a esquerda - armada ou não -, porém, ao mesmo tempo, notamos que determinadas ações perduram, até os dias de hoje, contrariando, tantas vezes, o



ideal de esquerda, já que várias mulheres, que militam, ainda hoje, também, passam por alguma situação discriminatória, seja dentro de suas organizações, como em outros espaços de ocupação, simplesmente, pelo fato de ser mulher.

A esquerda enxergava, no feminismo, a divisão da luta geral, nesse sentido, Joana Pedro nos diz que “acusavam as feministas de divisionismo, pois, ao invés de somar esforços, estariam promovendo a discórdia nas famílias e no campo da esquerda” (PEDRO, 2013, p. 252). Ou seja, a luta feminista precisou definir um campo, que foi disputado pela esquerda, em prol das lutas gerais, mas que acabou fazendo com que os feminismos que se insurgiam no país conseguissem espaço, mesmo em meio as críticas e resistências.

Assim, apreendemos que o feminismo, que surgiu, no Ceará, foi pautado em diferentes direções e contou com a dicotomia da luta geral e da luta específica, sendo criticado por priorizar a luta geral, ao mesmo tempo em que foi criticado pela esquerda por discutir as demandas particulares do feminismo. Neste sentido, podemos perceber que a luta feminista consistiu em manobrar as diversas críticas que vinham em sua direção. Além disso, a UMC buscou superar essas críticas, tentando vincular, ao seu projeto, as demandas que atendessem tanto a luta geral quanto a específica.

Portanto, compreendemos que, apesar da UMC ter consistido em um feminismo tímido, que surgiu dialogando com outras demandas, que não faziam parte da luta feminista, essa organização colaborou para a expansão do feminismo no Ceará. Contribuiu para o avanço de lutas importantes, na causa feminista, a saber: a criação da primeira delegacia de defesa à mulher, em Fortaleza, em 1986. Ademais, possibilitou a publicização dos altos índices de violência contra a mulher, que havia no Ceará e, conseqüentemente, buscou soluções para sanar o problema.

Logo, percebemos que analisar o surgimento do movimento feminista cearense, a partir de sua primeira organização, proporciona compreender como as lutas do movimento de mulheres surgiram, quais foram seus desdobramentos e repercussões e no que colaborou para o avanço de lutas importantes em relação às causas feministas. Entendendo as particularidades do período, a forma como a organização surgiu e se organizou, mas também, compreendendo a relevância dessa entidade para a consolidação do movimento feminista no Ceará.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. (1964-1984). Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. O enunciado, unidade da comunicação verbal. In: BAKHTIN, Mikhail **Estética da criação da verbal**. 03 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE- **Relatório Final**, Brasília: [s.n.], 2014.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. Dossiê: Feminismo Em Questão, Questões Do Feminismo, **cadernos pagu** (16) 2001: p.13-30.

D'ARAÚJO, Maria Celina. O AI-5. In: **CPDOC** – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro-São Paulo. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 16 set.2016.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Tese (Doutorado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

DUARTE, A. R. F. Mulheres em guarda contra a repressão. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.233-257.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Movimento Feminino pela Anistia** – militância e afeto na luta política contra a ditadura militar brasileira. FAZENDO GÊNERO 09. Universidade Federal de Santa Catarina. *Anais* Santa Catarina, 2010.

\_\_\_\_\_. **Jogo de gênero em narrativas de mulheres: reconstruindo vivências no movimento feminino pela anistia no Ceará**. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009., Fortaleza, **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009, p.1-9.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. 8ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, n.47, p.29-60, 2004.

\_\_\_\_\_. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, p.251-286, dez.2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HENTZ, I. C.; VEIGA, A. M. Entre o Feminismo e a Esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria.



(Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.145-163.

MADERS, Angelita Maria; ANGELIN, Rosângela. A construção da equidade nas relações de gênero e o movimento feminista no Brasil: avanços e desafios. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 10(19): 91-115, jul.-dez. 2010.

RAMKRAPES, Carolina Melania. **Histórias do movimento feminista no Ceará**: Célia Zanetti, Rosa da Fonseca e Maria Luiza Fontenele. 2017. recurso online (176 p.). Dissertação (mestrado em História Cultural) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2017.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. São Paulo, **Perspec.**, São Paulo, v.15, n.03, jul./set.2001.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa I**. Campinas: Papyrus: 1994.

PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011.

\_\_\_\_\_. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 26, núm. 52, dez.2006, p. 249-272.

\_\_\_\_\_. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, v.18, n.36, p.15-23, jun.2010.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.15, p. 13-33, abr.1997.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. **Mnemosine**, Vol.6, nº2, p. 2-13, 2010.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente? **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev.1997.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n.1, p.10-31, jan./jun. 2002.

\_\_\_\_\_. A infrapolítica dos grupos subordinados. In: **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013, p.253-275.

\_\_\_\_\_. Uma saturnal do poder: a primeira declaração pública do discurso oculto. In: **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013, p. 277-308.



SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.01, p.11-30, jan./abr.2005.

\_\_\_\_\_. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, v.16, p.297-325, fev.1998.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**. Rio Grande do Sul, vol. 20, n. 02, p.71-99, jul./dez.1995.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.15, p.51-71, abr.1997.

VEIGA, Ana Maria. Memórias do Feminismo: repressão e invisibilidade (Brasil e Argentina pós 1968). **História Oral**, v.10, n.1, p. 93-112, jan./jun. 2007.

VELHO, Gilberto. Trajetória Individual e campo de possibilidades. In: **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 31-48.

VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. In: **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 97-105.

VITORINO, Grace Troccoli. **Feminismo e Pós-feminismo: a dupla tessitura das relações de gênero**. 1994, recurso impresso, (157 p.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades I, CE, 1994.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: EDUC, 2000.

#### **Documentos da UMC utilizados:**

Estatuto da União de Mulheres Cearenses, aprovado em 08 de março de 1981.

Resolução do I Congresso da Mulher Cearense, realizado nos dias 13 e 14 de março de 1981.

#### **Entrevistas realizadas:**

**Entrevistada:** Nilze Costa e Silva – União de Mulheres Cearenses (UMC) e Grupo Feminista 04 de Janeiro. Entrevista concedida em 10 de abril de 2018 – Fortaleza. Foi realizada uma segunda entrevista, dia 28 de agosto de 2018 – Fortaleza-CE.

**Entrevistada:** Maria Luiza Menezes Fontenele – União das Mulheres Cearenses (UMC). Entrevista concedida em 19 de abril de 2018 – Fortaleza-CE.

**Entrevistada:** Fátima Carvalho – União das Mulheres Cearenses (UMC). Entrevista concedida em 17 de maio de 2018 – Fortaleza -CE.

**Entrevistada:** Maria Verônica Guedes – União das Mulheres Cearenses (UMC). Entrevista concedida em 28 de agosto de 2018 – Fortaleza-CE.